



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 01.040.648/0001-54

PARECER N.º 005/2026

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR A AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL DE IMÓVEL, PARA FINS E UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I - RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei n.º 005/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, através do Exmo. Sr. Prefeito, cujo conteúdo versa sobre: *“Autoriza o Poder Executivo a realizar a aquisição através de desapropriação amigável ou judicial de imóvel, para fins de utilidade pública e dá outras providências”*.

Pela Constituição Federal, o Município tem competência para legislar sobre referido assunto. Portanto, não esbarra nos ditames constitucionais.

Com relação à forma, cabe salientar que o Projeto de Lei está em conformidade com a boa técnica legislativa, atendendo os requisitos da LC 95/98, apresentando-se com clareza, precisão e ordem lógica.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal do Poder Executivo, como expõe em suas razões motivadoras.

II – MÉRITO

A utilidade pública encontra-se devidamente justificada na mensagem que acompanha o Projeto de Lei, no qual o Sr. Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 01.040.648/0001-54

esclarece que a aquisição pretendida destina-se a necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas públicas de assistência social, promoção da cidadania e apoio às famílias, criando espaço adequado para a realização de ações comunitárias, oficinas normativas, atividades coletivas e programas sociais voltado à integração e ao desenvolvimento social da população local.

A análise do mérito do interesse público alegado é atribuição que cabe exclusivamente ao Plenário, não havendo espaço para que esta Assessoria Jurídica reconheça nesse parecer se há ou não interesse público nesta aquisição.

De forma introdutória à análise jurídica, é importante destacar, que, via de regra, para qualquer compra de imóvel, necessário se mostra o processo licitatório, o que não se vislumbrou neste caso.

Nesse sentido, é o art. 37, XXI, da CF:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Complementando a Constituição Federal, impende ressaltar que, caso exista impossibilidade de competição em razão da existência de apenas um imóvel, cuja necessidade de instalação e localização condicionem a escolha e, estando o proprietário de acordo em vendê-lo, a Administração estaria autorizada a fazer a inexigibilidade da licitação, conforme art. 74, V, da Lei nº 14.133/2021.

Nesse caso, a Administração teria de comprovar que apenas esse imóvel em específico atenderia ao interesse público, diante de particularidades relevantes que somente ele apresenta.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 01.040.648/0001-54

Além disso, o Projeto em análise veio acompanhado de cópias dos documentos de avaliação do imóvel, como determina o artigo 93 da Lei Orgânica Municipal, vejamos:

Art. 93– A aquisição de bens imóveis por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação realizada por comissão especial homologada pelo Prefeito e com autorização legislativa.

Assim, não há óbice legal ou constitucional para a regular tramitação da proposição no Poder Legislativo.

III – CONCLUSÃO

Diante dos argumentos expendidos, manifestamos pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito favoravelmente a aprovação do Projeto de Lei nº 005/2026, ressaltando que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, cabendo a promoção de estudo mais profundo de análise do mérito, oportunidade e conveniência.

É o parecer.

Nova Esperança do Sudoeste/PR, 02 de fevereiro de 2026.

VITOR GUSTAVO MISTURA STANG

Assessor Jurídico da Presidência

OAB/PR 103.261

RECEBIDO
EM 02/02/2026

CÂMARA DE VEREADORES
Nova Esp Do Sudoeste - PR